

TRÁFICO DE DROGAS NA METRÓPOLE

um estudo de caso da territorialização perversa em uma área de baixada de Belém

Aiala Colares Coutoⁱ

Doutor em Ciência do Desenvolvimento Sustentável
Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Resumo

A metrópole de Belém, na Amazônia Oriental, enfrenta o avanço indiscriminado do tráfico de drogas que se manifesta em suas áreas de baixadas, reproduzindo a violência e se firmando como uma configuração territorial que surge em função de uma complexa contradição na organização espacial da cidade periférica. Este ensaio aborda um estudo particular do bairro da Terra Firme na zona Sul de Belém, considerado uma área de baixada, onde a criminalidade violenta, sobretudo, o narcotráfico integrou determinados espaços em sua dinâmica de dominação político-econômica e apropriação simbólico-cultural do território. Nosso objetivo é compreender as formas de territorialização dos agentes que compõe essa atividade, estas formas definidas aqui como “territorialização perversa”. Nossa metodologia, pautou-se em trabalhos de campo com entrevistas semiestruturadas, observações sistemáticas, registros fotográficos, pesquisas bibliográficas e análise documental.

Palavras-chave: segregação; baixadas; narcotráfico; territorialização; violência.

DRUG TRAFFICKING IN THE METROPOLIS: A CASE STUDY OF PERVERSE TERRITORIALIZATION IN A DOWNTOWN AREA OF BELÉM

Abstract

The metropolis of Belém, in the Eastern Amazon, faces the indiscriminate advance of drug trafficking that manifests itself in its lowland areas, reproducing violence and establishing itself as a territorial configuration that arises due to a complex contradiction in the spatial organization of the peripheral city. This essay approaches a particular study of the Terra Firme neighborhood in the southern zone of Belém, considered to be a lowland area where violent crime, especially drug trafficking, has integrated certain spaces in its dynamics of political-economic domination and symbolic-cultural appropriation of the territory. Our objective is to understand the forms of territorialization of the agents that compose this activity, these forms defined here as "perverse territorialization". Our methodology was based on fieldwork with semi-structured interviews, systematic observations, photographic records, bibliographic research and documentary

ⁱ *Endereço institucional:*

Rua do Uma, n. 156. Telégrafo.
Belém, PA, Brasil. CEP: 66050-540.

Endereço eletrônico:

aialacolares@hotmail.com

analysis.

Keywords: segregation; lowlands; drug trafficking; territorialization; violence.

A Urbanização brasileira se fez de forma desigual e excludente em um sistema político e econômico segregador tanto de espaços quanto de pessoas. E, nesse sentido, esse processo fortaleceu o fenômeno da exclusão social em nossas metrópoles, fato que é aproveitado pela criminalidade violenta do tráfico de drogas. Por conseguinte, os problemas urbanos e sociais presenciados nesses espaços, servem como estratégia de dominação do narcotráfico que insere essas pessoas nessa atividade ou em outras ilegais relacionadas, surgindo o que Castells chamou de integração perversa.

Este fato serve para aumentar a problemática da violência urbana nas grandes metrópoles brasileiras. A cidade de Belém vivencia essa realidade, pois sua evolução urbana não significou melhoria da qualidade de vida da população e nem melhores condições de moradia. Pelo contrário, grande parte da população foi deslocada para áreas de baixada, passando a morar em espaços de ocupação espontânea, sem uma organização espacial digna para a população pobre. Assim, as áreas de baixada como o bairro da Terra Firme, está dentro da lógica desigual da produção do espaço urbano, criando uma urbanização excludente e perversa que incentiva a expansão das áreas de favelas na metrópole.

Nesse contexto, o bairro da Terra Firme, por ser considerado um bairro popular pelo fato de habitar uma população pobre e pouco inserida na economia formal, passa por grandes problemas relacionados à carência de serviços urbanos e de infraestrutura para seus moradores.

Portanto, outros problemas no bairro, relacionados ao crescimento da violência urbana, emergem, principalmente a violência imposta aos moradores pelos grupos ligados ao tráfico de drogas e quadrilhas de assaltantes que territorializam-se e utilizam estratégias de controle desses territórios e ao mesmo tempo usam mecanismos de inclusão dos moradores em sua dinâmica.

Nesse sentido, surge uma “territorialização perversa” que está relacionada aos instrumentos de manipulação e controle impostos à população pelos traficantes como uma forma de garantir tanto a dominação político-econômico quanto a apropriação simbólico-cultural do território.

Para tanto, este artigo está dividido em três partes, sendo que na primeira é realizado um breve histórico sobre a evolução urbana da do bairro da Terra Firme. Num segundo momento tem-se uma discussão a respeito da “territorialização perversa” do tráfico de drogas no bairro. E, finalmente, uma reflexão sobre a violência urbana relacionada com a “territorialização perversa” do tráfico nas áreas mais violentas e controladas pelo crime.

Evolução urbana do bairro da Terra Firme

O bairro da Terra Firme, assim chamado em função do processo de ocupação que se deu pelos terraços dos rios Guamá e Tucunduba, por volta dos anos cinqüenta, nesse momento apresentava uma organização espacial marcada pela habitação provisória, ou seja, as pessoas que no bairro habitavam objetivavam apenas fazer uma ocupação temporária para dirigirem-se para outro lugar mais tarde, ou seja, não correspondia ocupação permanente, o que limitava o crescimento do bairro.

Segundo Penteado (1968) “a Terra Firme é um bairro, muito modesto; novo ainda, pois que, em 1950, não estava ainda devidamente estruturado, é habitado por uma população pobre, que vive alojada em ‘barracas’”. Seu efetivo corresponde a apenas 1,16% dos habitantes de Belém e a densidade por hectare é uma das mais baixas da cidade: 39,7 hab/ha.

Durante a evolução urbana do bairro grande parte dos terrenos pertencia às famílias tradicionais da cidade e essas terras foram sendo compradas e incorporadas pelo governo federal para a expansão da cidade universitária que nasce nesse momento em meio a uma contradição na produção do espaço urbano. Assim, o bairro da Terra Firme teve o seu crescimento em direção às áreas que correspondiam o cinturão institucional¹ da cidade que pouco a pouco foi sendo ocupada pela habita-

¹ O cinturão institucional corresponde ao espaço em que se concentram instituições do Governo Federal como; UFPA, FCAP, EMBRAPA, INCRA e Museu Emilio Goeldi.

ção humana através das invasões² que eram realizadas pela população de baixa renda.

O bairro da Terra Firme é absolutamente horizontalizado, sua tipologia urbana é favelada. Foi estruturada em sítio predominantemente alagável, ou seja, em área de baixada, a partir de uma extensa área institucional até hoje formalmente pertencente à Universidade Federal do Pará, dentro da 1ª légua patrimonial. Sua população em 1991 era de 59.231 habitantes, representando 4,5% da população do setor urbano. Não há dúvida que áreas de tipologia favela em baixadas estarão perfeitamente representadas pelo bairro (RODRIGUES, 1996, p. 236).

Dessa forma, o que se percebe no bairro da Terra Firme é o seu aspecto mais caótico visualizado como expressão do crescimento urbano espontâneo e problemático em meio à crise urbana, resultando num amplo processo de favelização das baixadas com áreas de habitação precárias que representam o lado perverso e excludente da metrópole.

Para Penteado (1968), é muito provável que, com a construção da cidade universitária do Pará, o bairro da Terra Firme venha a desaparecer ou pelo menos, sofrer sérias limitações no seu crescimento; se assim for, poderá surgir o grave problema de deslocamento de milhares de pessoas para outros bairros de Belém, fato único na vida da capital paraense e de conseqüências imprevisíveis, pelo menos, no momento atual.

O que ocorreu de fato foi que a característica do bairro de espaço provisório pouco a pouco foi desaparecendo, pois a Terra Firme passou a ser uma das poucas áreas para a sobrevivência da população carente dentro da primeira légua patrimonial da cidade. Os anos oitenta e noventa foram décadas de intensa ocupação das áreas localizadas ao longo do canal do Tucunduba e da Avenida Perimentral por pessoas oriundas de outros bairros ou vindas do interior ou de estados próximos, principalmente do Maranhão.

O bairro da Terra Firme é onde ocorre a maior presença de não naturais, com cerca de 30,0%, sendo 77,2% originados do interior do estado, destacando-se os municípios de Igarapé Miri, Castanhal, Muaná etc., e 22,8% oriundos de outros estados,

² O termo invasão era denominado para os movimentos de ocupação que ocorreram em direção a terras públicas e privadas e que contribuíram para o surgimento de vários bairros periféricos em Belém.

basicamente, Maranhão. A presença dos não naturais se dá na ordem de 70% do total (RODRIGUES, 1996, p. 244).

A terra firme, mesmo sendo predominantemente alagável, tornou-se uma favela com grande poder de atração de imigrantes, devido estar localizada na primeira légua patrimonial, possibilitando fácil acesso à área central da cidade, mesmo que a pé ou à bicicleta. “Sua população de não naturais é mais que o dobro do que a do bairro de Nazaré” (RODRIGUES, 1996, p. 244).

Muitas dessas pessoas não naturais que passaram a ocupar o bairro vieram atraídas para Belém pela disposição de serviço de saúde e educação e ao mesmo tempo com o projeto de conseguirem emprego na metrópole, para fugir da precariedade dos serviços em seus lugares de origem. Dessa forma, o que aconteceu foi que nesse momento a especulação imobiliária que ocorria na área central e a crise econômica que o Brasil vinha passando e que atingia suas capitais, frustraram os sonhos dos forasteiros que chegaram aqui, que foram obrigados a se dirigir para áreas de baixo valor do solo e enfrentar o desemprego ou inserindo-se na economia informal, o que neste caso é muito comum no bairro da Terra Firme, pois grande parte da população está diretamente inserida em atividades ligadas à economia informal, ou então em atividades que exercem um esforço físico como pedreiros, carpinteiros, estivadores etc.

Desde o dia 16 de Dezembro de 1975, o bairro da Terra Firme passou a ser chamado oficialmente de bairro da Montese, uma homenagem dada pela Câmara Municipal de Belém à Força Expedicionária Brasileira (FEB) pela participação na segunda Guerra Mundial. Entretanto, o nome oficial do bairro ainda não é utilizado por seus moradores e nem muito menos pelos órgãos públicos que lá atuam. Como ressalta Rodrigues (1996, p. 240):

O bairro da Terra Firme é, como já disse, um bairro que apesar de enquadrar-se na tipologia favela está localizado na primeira légua patrimonial, portanto, relativamente próximo ao centro principal. Por isso o tempo médio do deslocamento de ida e volta do domicílio ao local das atividades econômicas é de 43 minutos. O tempo médio dispendido na jornada diária das atividades econômicas é de 9 horas e 48 minutos.

Assim, o bairro da Terra Firme ou Montese é considerado uma das áreas de baixadas³ do espaço urbano de Belém, mas que fica próxima do centro da cidade e nesse sentido, os deslocamentos diários são intensos de pessoas que vão para o trabalho, seja ele formal ou informal, para as escolas públicas ou particulares, ou então, para outros serviços situados na área central de Belém.

Contudo, a população do bairro sofre um preconceito muito forte relacionado à sua tipologia de favela, já que o bairro ainda é carente de alguns serviços urbanos de infra-estrutura e a sua população em sua maioria é de baixo poder aquisitivo e encontra-se em grande parte inserida no mercado informal ou desempregada, o que facilita a expansão da criminalidade no bairro e inserção de uma parcela da população na economia do narcotráfico que dentro do bairro representa uma atividade bastante rentável e nesse sentido a mídia cria alguns estereótipos sobre o bairro o que fragiliza a idéia de cidadania e para o sociólogo Martins (2002, p. 39), no limite, podem usar meios ilícitos para obter os recursos de que necessitam para integrar-se: o tráfico, roubo, a violência, os meios transgressivos de participação, a deterioração dos valores éticos que deveriam permear as relações sociais, e que daí resulta, já produz seus desastrosos efeitos na socialização anômica das novas gerações na vivência cotidiana atravessada.

A fotografia a seguir retrata a ocupação espontânea de uma parte do bairro, ou seja, a área do Igarapé do Tucunduba que faz fronteira com o bairro do Guamá é nítido o retrato da desigualdade socioespacial em Belém. A expansão urbana de Belém, sobretudo, em direção as áreas de baixadas que formaram aglomerados urbanos como a Terra Firme.

Pelas características do bairro da Terra Firme, percebe-se que ele está inserido na lógica da cidade informal que neste caso está representada pela ocupação espontânea das baixadas com o surgimento de invasões com tipologias de favelas que não obedecem aos padrões normais de ocupação urbana e que surgiram no bairro sem nenhum controle, alheios aos parâmetros formais de urbanização, sempre preteridas na priorização dos investimentos e melhorias urbanas.

³ As áreas de baixadas correspondem aos espaços que estão a 4 m abaixo das cotas altimétricas de Belém segundo a CODEM.



Figura 1: Ocupação do entorno do Rio Tucunduba na Terra Firme

O bairro apresenta algumas áreas que foram sendo ocupadas clandestinamente pelas invasões e nesse aspecto percebe-se que elas não obedecem aos padrões de adensamento, alinhamento, condições de ocupação do lote etc., além disso, inviabilizam, muitas vezes, obras cruciais para a estruturação da cidade, pela invasão rápida de áreas a elas reservadas, sobretudo quando esses pontos estão próximos de fontes geradoras de emprego ou fácil acessibilidade ao centro como, por exemplo, a ocupação urbana as margens do Rio Tucunduba que atravessa os bairros do Guamá, Canudos, Marco e Terra Firme que apesar de hoje encontrar-se boa parte já revitalizada ou em processo de revitalização, ainda mantém alguns traços da favelização.

A favelização em torno do canal do Tucunduba representa um amplo processo de evolução urbana da baixada da Terra Firme e ao mesmo tempo uma alternativa à moradia considerada, para alguns, como uma estratégia ao direito à cidade pela clandestinidade. Contudo, essas áreas são extremamente caóticas e problemáticas onde uma massa marginalizada e fora do mercado formal de trabalho em sua grande parte que utilizam estratégias de (sobre)vivência ligadas ao cotidiano do bairro, onde algumas delas partem da economia do crime ligadas ao tráfico de drogas.

Nestes termos, o bairro tornou-se um espaço que foi incorporado à dinâmica da violência urbana, pois além de contar com os problemas estruturais e sociais, tem-se uma atuação deficiente do estado que, somando estes problemas, tem-se uma população vulnerável que constantemente é aliciada pela economia do narcotráfico. As áreas mais carentes do bairro são os locais aonde se busca essa mão de obra e a partir são inseridas na organização dos territórios. Portanto, a política urbana de Belém não foi capaz de perceber a importância de se acompanhar o crescimento da cidade evitando uma expansão que deixasse em condições precárias a sua população, evitar a reprodução da criminalidade seria possível se o poder público se antecipasse ao problema, mas as condições adversas já nos mostram um tipo de atividade que está cristalizada no bairro e que faz parte de seu cotidiano.

A “territorialização perversa” do tráfico de drogas no bairro da Terra Firme

A produção desigual do espaço urbano, de certa forma, contribuiu para configuração de enclaves territoriais do tráfico de drogas em várias metrópoles brasileiras, inclusive em Belém. Em nossa análise espacial, em que se trata do tráfico de drogas no bairro da Terra Firme, é importante antes de destacar a questão territorial dessa atividade, fazer uma reflexão acerca da dimensão econômica que a venda da droga desempenha dentro e fora do bairro, já que não atua como uma atividade isolada, como ressalta Souza (2005, p. 53, grifo do autor):

a dinâmica econômica e sociopolítica de numerosas cidades brasileiras vem sendo influenciada crescentemente pela presença do tráfico. Este não é, por conseguinte, uma realidade meramente ‘marginal’ e, portanto, não pode ser encarado como um tema ‘exótico’; trata-se de algo cada vez mais ‘normal’ e relevante, cujos efeitos se fazem sentir quotidianamente e nos mais diferentes setores da vida social, sobretudo nas metrópoles [...].

Para tanto, parte-se da premissa que agentes extrabairro, ou seja, que não residem no bairro da Terra Firme, atuam como distribuidores da droga que é comercializada nas chamadas “bocas de fumo”⁴ e com isso tem um grande poder de influên-

⁴ O termo refere-se aos locais onde se comercializam drogas no bairro e faz parte de um vocabulário comum a todas as capitais brasileiras.

cia sobre as áreas onde o comércio da droga é realizado, contribuindo para a espacialização do fenômeno.

Um outro ponto importante a ser destacado é que geralmente as áreas escolhidas para a comercialização do tráfico são as mais periféricas e problemáticas nas áreas de infra-estrutura e serviços urbanos, o que deixa bem claro que estrategicamente o tráfico se territorializa nessas áreas e a partir delas ampliam seu raio de ação.

A população pobre e vulnerável passa a ser aliciada e cooptada pelo tráfico de drogas, principalmente crianças e adolescentes que ao perceberem as possibilidades de ganhos, ignoram as possibilidades de riscos e de forma racional escolhem fazer parte da organização ilícita do circuito da droga. Além disso, geralmente, pessoas com baixa escolaridade e que estão desempregadas ou exercendo trabalhos precários, são as que os traficantes se aproximam para oferecer-lhes as funções de avião-zinhos, soldados, olheiros ou então os mesmos podem se tornarem consumidores. No caso de consumidores, eles partem para os assaltos à mão armada e pequenos furtos, pois precisam de dinheiro para consumir a droga ou pagar dívidas com o tráfico.

A vinculação com a economia ilegal se dá sobre a base de uma racionalidade econômica, aplicada à luz da realidade social de um país marcado por uma proverbial desigualdade de oportunidades, notadamente no que tange ao acesso a bons empregos no setor formal da economia, e não por qualquer “desvio moral” ou “inclinação patológica do crime”. (SOUZA, 2005, p. 67)

Assim, é perceptível a relação que o tráfico de drogas tem com a população segregada e pobre do bairro da Terra Firme, pois é a partir deste grupo que são feitas as escolhas para a formação de uma rede social que alimentará o sistema de comercialização da droga. E se tratando de um bairro periférico como o bairro da Terra Firme, percebe-se que as dificuldades para a materialização do tráfico são poucas, pois ainda encontram-se áreas precárias, verdadeiras favelas e bolsões de miséria e pobreza com famílias desestruturadas, desemprego, alcoolismo, tabagismo, analfabetismo, ausência de qualificação profissional, ou seja, tudo aquilo de que a economia do tráfico de drogas necessita para se firmar como uma oportunidade crescente

de ascensão econômica e melhor acesso aos bens de consumo básicos para a manutenção da vida.

Em se tratando do território, a sua apropriação/dominação por grupos ligados ao tráfico de drogas obedece duas dimensões. O território do tráfico drogas, pode ser analisado em seu sentido político-econômico e simbólico-cultural na perspectiva de Haesbaert (2003).

Então:

a concepção de território analisado neste trabalho serão essas duas citadas acima, a primeira diz respeito à concepção de território político – econômico, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionada ao poder político do estado e ao mesmo tempo o território é visto como fonte de recursos e/ou incorporados no embate entre as classes sociais e na relação capital – trabalho (HAESBAERT, 2003, p. 121).

No caso do território do tráfico de drogas na Terra Firme, a atuação de grupos criminosos desafia o poder público a partir do momento em que a “criminalidade violenta” se manifesta como barreira em relação a alguns serviços públicos ou então quando passa a ter o controle efetivo do território através da força, impedindo a atuação de outros grupos e monitorando a vida cotidiana dos moradores, estabelecendo regras que devem ser cumpridas e “jamais” desrespeitadas.

A outra concepção de território analisada aqui de acordo com a proposta de Haesbaert (2003, p. 121), é a relacionada com concepção de território simbólico – cultural, “que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”.

Em alguns territórios controlados pelo tráfico de drogas no bairro da Terra Firme, existe uma representação simbólica do crime que é utilizada como estratégia de controle do território, que vai desde da gíria ou modo de se vestir até as pichações ou grafites marcados nas paredes, tudo isso faz parte de uma relação social cotidiana que de certa forma torna-se simbólica para o grupo, são culturas da periferia sobre o controle do tráfico de drogas. Também o tráfico pode agir como “protetor” e “assistencialista” impedindo os assaltos, prestando serviços, dentre outros. Na verdade faz parte de uma estratégia, pois são territórios consolidados ao longo do tem-

po por grupos que surgem e aí se reproduzem e o conhecimento cotidiano do bairro e a relação com espaço vivido são importantes para a economia do narcotráfico, além do mais, nessas áreas podem surgir mais soldados, mais aviões e mais olheiros que são importantes para a manutenção do comércio da droga.

Para Gomes (2002 p. 64):

Esse espaço não é só fortemente marcado, como também preenchido de signos inclusivos, ou seja, que demarcam a presença ou controle daquele território pelo grupo ou comunidade. Não raramente ritos iniciadores funcionam como provas de fidelidade, como julgamentos de submissão à ordem comunitária ou como confirmação do poder do grupo sobre os indivíduos e sobre o espaço. Esses ritos são organizados também segundo percursos espaciais, carregados de simbolismo, seja em incursões em áreas de conflito, seja em estadias do grupo original ou ainda pela organização de roteiros iniciáticos.

Em algumas ruas onde o tráfico se manifesta é perceptível alguns sujeitos que são reconhecidos por outros grupos e suas movimentações no espaço lhes conferem uma demarcação de territórios que também é simbólica, nas baixadas, as áreas onde concentram-se pontos de venda de drogas, são definidas pela Segurança Pública como “áreas de risco” ou “zonas vermelhas”⁵, a exemplo da área do entorno da velha ponte da Passagem Nossa Senhora das Graças que é conhecida no bairro como “Shopping da droga”, devido ter sido um dos espaços da Terra Firme onde se constituíram as primeiras “bocas de fumo” para a comercialização da maconha, isso tudo em meados dos anos de 1990, localiza-se bem no cruzamento com a passagem 24 de dezembro, outra rua também bastante conhecida pela violência, sobretudo, para pessoas que não são reconhecidas pelos bandidos como fazendo parte da área, pela linguagem cotidiana do bairro é forte a frase “não lhe recomendo passar por lá tarde da noite”.

⁵ Denominação criada pela própria polícia para se referir às áreas que apresentam –se como sendo de alta periculosidade.

O MAPA DA DROGA NA TERRA FIRME

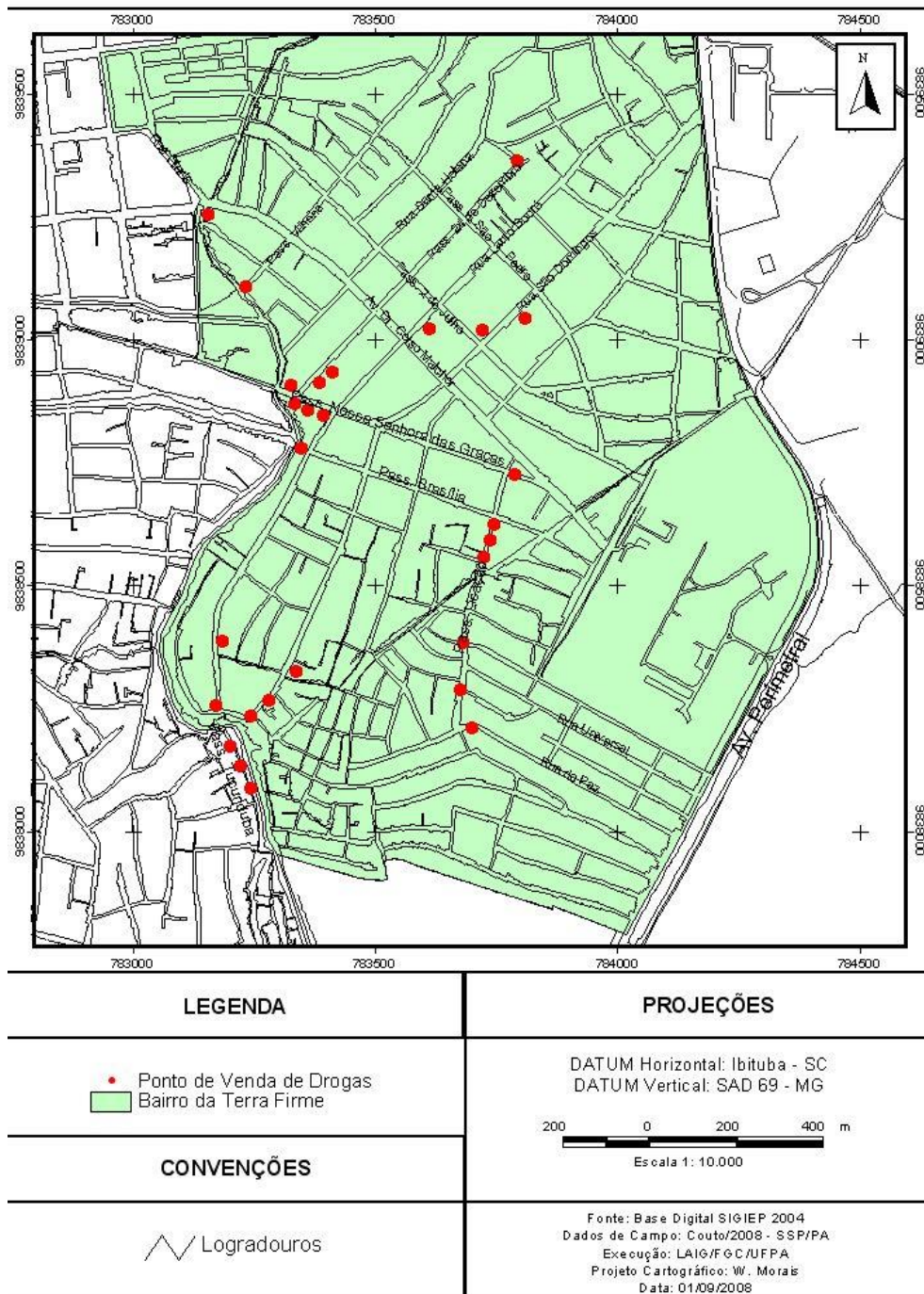


Figura 2: Principais pontos de comercialização de drogas na Terra Firme

O Mapa acima foi construído com base em pesquisa de campo com observações sistemáticas (e em alguns casos até participantes) e entrevistas semiestruturadas que deram como resultado uma cartografia que lhes apresenta os principais “pontos” ou “nexos” de comercialização de drogas no bairro da Terra Firme. É lógico que temos muito mais pontos espalhados por todo o bairro, porém consideramos os

principais, ou seja, aqueles que movimentam uma maior intensidade de fluxos, é claro que não contabilizamos esses fluxos, nosso convívio em campo foi fundamental para se chegar a esta conclusão. Também destacamos a presença de pontos móveis que não estão no Mapa em função da própria dinâmica interna do mercado do tráfico de drogas que pode ser alterado em função da influência das ações da Polícia ou até mesmo devido conflitos pelo uso do território entre traficantes.

Até os anos de 1990 dados empíricos apontavam para o fato de que as drogas mais comercializadas no bairro eram a maconha e a pasta de base de cocaína (conhecida popularmente como nória ou mesclado) que eram compradas diretamente nas bocas, ou seja, no ponto central de venda da droga. Contudo, com a popularização em Belém da cocaína em pó a partir do início deste século, ela passou a tomar conta do mercado e consumidores ou viciados não podem mais ter acesso às bocas, os aviãozinhos os recebem nas esquinas ou locais estratégicos, tudo isso, para evitar um possível “estouro da boca”, como é chamado popularmente o ato da polícia invadir um ponto de venda. A maconha prensada pode ser encontrada a R\$10,00 e 20,00 dependendo do tamanho do pacote, o cartucho ao preço de R\$ 5,00 e a pasta de base de cocaína ou nória encontra-se ao preço de R\$ 20,00, e por fim, a cocaína em pó é vendida por R\$ 20,00, R\$ 30,00 e R\$ 50,00 o pacote ou trouxa.

Um traficante no bairro pode fazer de R\$ 600,00 a R\$ 800,00 por semana só na venda da cocaína em pó, ou seja, o um montante que pode variar de R\$ 2.400,00 a R\$ 3.200,00 por mês, nesse caso, estamos nos referindo aos traficantes que vendem no comércio local e que devem pagar uma parte referente a droga que ali chegou a partir de abastecedores que são chamados de “patrões do tráfico”, ou seja, traficantes que abastecem os mercados intraurbanos da cidade. No caso dos “patrões do tráfico”, eles estão em uma escala de poder e de ação mais ampla e muito mais articulada às redes regionais-globais.

No bairro, ainda encontramos áreas que contam com a grande presença de becos e ruelas ou até mesmo a presença de palafitas, resultado do processo de expansão urbana e crescimento populacional da Terra Firme que se deu como já mencionado, a partir de processos de “invasões” ou ocupações espontâneas. Temos como desataque, a área popularmente conhecida como “área da Malvina” que corresponde

aos limites do bairro do Guamá, canudos e Terra Firme, na baixada do canal da Mundurucus, pois na década de 80 essa área foi ocupada por sem tetos que construíram uma ocupação sobre o igarapé que se transformou em esgoto a céu aberto devido a precariedade dos serviços de saneamento básico e até mesmo de tratamento de água potável, condições sub-humanas de moradia.

Isso culminou com o surgimento de uma configuração espacial adensada e bastante complexa em termos de estratégias de sobrevivência com uma grande massa de pessoas aglomeradas em uma favela que se localizava sobre um espaço, sujeito às enchentes, desabamentos, incêndios, proliferação de doenças, além de maior exposição ao crime, pois a territorialidade precária está diante de uma dinâmica de segregação socioespacial que não obedece aos padrões normativos de uma cidade legal, e por isso, encontra-se às margens de uma urbanização com cidadania.

Ressaltamos que neste contexto de reinvenção da cidade a partir do fenômeno urbano experimentado pela sociedade brasileira, nossa preocupação está centrada na problemática urbana visualizada pelo viés da violência que se reproduz e permite com que atividades ilegais sejam territorializadas por seus agentes, em áreas de baixadas ou em faveladas e a partir ampliam a escala de poder sobre a cidade, e nesse sentido cabe destacar a atuação do tráfico de drogas em Belém. “As favelas, sendo um dos pontos de maior importância no esquema de venda de drogas, se justificam amplamente à medida que, apesar de se constituir um ilícito penal, representa uma maior circulação de renda no interior dessa estrutura espacial.” (CAMPOS, 2005, p. 85).

Só para chamara a atenção, o projeto de macrodrenagem retirou a invasão da Malvina, mas deixou como herança, uma configuração espacial bastante emblemática e caótica do ponto de vista social e ambiental, os moradores continuam expostos a todo e qualquer tipo riscos cotidianos e de constantes conflitos entre traficantes, assaltantes e policiais, e aí encontram-se grande parte das “bocas” que ainda priorizam a venda maconha prensada ou em papelote.

Além disso, a grande quantidade de becos existente nessa área é utilizada estrategicamente por bandidos para fugirem da polícia ou de assaltos cometidos por perto, dificultando a atuação polícia e, conseqüentemente, favorecendo a atuação do

crime, pois onde a polícia não se faz presente o crime se apresenta como o “dono do pedaço”, territorializando-se e atuando de forma eficaz tanto na dominação político-econômica quanto na apropriação simbólico-cultural do território.

A violência urbana e a “territorialização perversa”

71

O território do tráfico de drogas na Terra Firme deve ser notado pelos agentes de outros grupos ligados ao circuito da droga ou pelos consumidores, assim como pelas pessoas que residem no bairro. Nesse sentido, alguns grupos impõem uma demarcação simbólica no território em que atuam. Para isso, nomes simbólicos são dados a algumas áreas controlados pelo tráfico como: Morro, Rocinha, Malvina, Ponte etc. São nomes simbólicos que demonstram uma relação de identidade territorial dos agentes envolvidos.

Parte-se do pressuposto que para o tráfico de drogas no bairro, o território tem além de um sentido político, um valor simbólico, por isso nesta discussão é importante uma análise da proposta integradora do professor Haesbaert (2004) na sua concepção de território na dominação político-econômica e na apropriação simbólico-cultural, não descartando a importância do trabalho de Souza (1996, p. 78) no qual o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Pensando o território do narcotráfico como uma estrutura espacial preparada para a guerra, ele atende então a essa primeira exigência, pois tinha relações de poder constituído externamente com o Estado, buscando o controle do território.

Então, a “territorialização perversa” do tráfico e de outros grupos criminosos ocorre quando os seus agentes inseridos nesse processo impõem todo e qualquer tipo de violência sobre as pessoas residentes ou não no bairro, surgindo aquilo que Souza (2008), irá definir como fobópole, onde para ele o termo se refere a “uma cidade em que grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (entre outras síndromes fóbico-ansiosas, inclusive transtorno de estresse pós-traumático) por causa da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança” (SOUZA, 2008, p. 40).

Portanto, no território, no seu sentido político-econômico, o tráfico estabelece leis e limites que devem ser seguidos e jamais desrespeitados pelos outros, visto que para o grupo territorializado, o território também é visto como fonte de recursos, já que representa um valor econômico, visto que é nele que o grupo comercializa a droga, e nesse sentido também recebe um valor simbólico-cultural que é importante para o reconhecimento do território pelos “outros”.

A “territorialização perversa” no bairro da Terra Firme está inserida nesse contexto acima e, portanto, a violência urbana que a metrópole de Belém sofre faz parte de uma lógica perversa de integração ao crime onde estratégias de grupos ligados ao tráfico de drogas desafiam o poder do Estado, criam uma outra forma de poder que se constitui e que contribui para a expansão da criminalidade.

A Terra Firme é vista pela sociedade como um bairro violento, perigoso e marginalizado, controlado pelo tráfico de drogas e pela violência, recebendo um destaque negativo da mídia que divulga matérias sensacionalista que apresentam as operações policiais e os crimes ocorridos no bairro. Por isso, gera-se “estigmas” e preconceito que distanciam ainda mais as possibilidades de construção de uma “cidadania periférica”.

A própria Secretária de Segurança Pública (SEGUP) destaca as áreas de alta periculosidade do bairro, são informações segundo o discurso da Polícia Militar, dos boletins de ocorrência na Polícia Civil e das entrevistas em campo durante a pesquisa, não se trata de uma generalização sobre a violência no bairros, porém achamos importante destacar aqui estas citações que coincidem com os relatos de moradores, assim, podemos ter uma noção das áreas na Terra Firme que carecem urgentemente de políticas públicas, sobretudo, considerando a importância de projetos sociais que resgatem a cidadania e a esperança de oportunidade para os jovens, a seguir os registros: São Domingos, próximo ao Tucunduba; Lauro Sodré, no limite com o bairro do Guamá e atrás da Escola Brigadeiro Fontenelle; Passagem Ligação; Passagem Brasília, próximo à Ligação, Passagem Comissário; área do campo da Terra Firme; Perimetral, entorno da UFRA e do NPI; Passagem Nossa Senhora das Graças; Rua do Olaria, área da antiga invasão da Malvina na descida do canal da Rua dos Munduru-

cus; Rua 24 de Dezembro; São Pedro com a Passagem Maranhão; invasão do Curtume Santo Antônio e principalmente a área de entorno da ponte do Tucunduba.

Essas áreas são os destaques no bairro, apontadas como as “mais perigosas” ou “áreas de risco” e percebe-se que no caso do entorno do Tucunduba, por representar um local de encontro entre dois bairros populosos o Guamá e a Terra Firme, tinha-se uma imensa área de invasão que mesmo com o projeto de revitalização do Tucunduba permaneceram becos e locais de habitação precária que ainda demonstram o retrato da segregação e exclusão e além disso destaca-se como o principal ponto de entrada da droga no bairro. “Em suma, a violência introduz mais uma desigualdade social e territorial numa cidade que já possui muitas” (CANO, 1997, p.39).

Escrever sobre a violência urbana é compreender a tática dos pobres desesperados pela espera, as estratégias permeadas por objetivos incertos e motivações obscuras; “é conhecer o método que empregam para alimentar-se, quando suas mesas estão vazias e não lhes é oferecido a oportunidade de se proletarizar” (PEDRAZZINI, 2006, p. 14).

De certo, encontram-se na Terra Firme muitas áreas com bolsões de miséria pobreza e sobre elas o tráfico se territorializa e a violência torna-se dinâmica, Pode-se dizer que se está diante de um processo de segregação residencial de um grupo social por outro quando uma parcela da população é forçada ou induzida, em princípio, contra a sua vontade, a viver em um local no qual, se pudesse escolher, não viveria – ou, pelo menos, não viveria confinada àquele local, ou ainda melhor, àquele tipo de local. (SOUZA, 2008, p. 56). O urbanismo desenfreado dos bairros pobres responde ao urbanismo do medo, assim como a violência dos pobres responde à violência da urbanização. Face à desordem que parece impor seu ritmo ao movimento das coisas construídas, o decifrador dos “rituais do caos” (MONSIVÁ, 1995 apud PEDRAZZINI, 2006).

Portanto, para a organização do tráfico e expansão da violência urbana, faz-se necessário uma precariedade das ações do Estado e uma massa de carentes e necessitados urbanos que se tornam mão de obra barata e descartável para a economia do crime. “A isso se acrescenta que a organização espacial interna típica das favelas in-

clui uma estrutura viária labiríntica de becos e vielas estreitos, o que dificulta as tentativas de invasão por parte de quem não conheça bem o espaço” (SOUZA, 2008, p. 61).

Assim, é importante destacar a idéia de Arendt (1994, p.34) sobre o poder. Ela afirma que o Poder advém da capacidade de agir em conjunto, ou seja, da atividade de construir articulações. “É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país”.

Essa afirmação se enquadra na análise do tráfico de drogas. O que delega poder a essa forma de organização é o apoio do povo, a submissão dos habitantes vizinhos, não exatamente e apenas as armas e as formas de intimidação dos traficantes e seus soldados. Ou seja, o narcotráfico não é poderoso por ser violento, mas pela capacidade de articula-se de forma eficaz. Essa articulação ocorre tanto junto a essas bases, através de solidariedades orgânicas, quanto junto aos governos e às redes internacionais de tráfico de drogas, através de solidariedades organizacionais de acordo com a idéia de Santos (1996).

Nesse sentido, o Estado não será poderoso, está se tornando violento como vem ocorrendo no Rio de Janeiro, com a questão da militarização urbana e, dificilmente, conseguirá vencer o narcotráfico sem desarticular a verdadeira base de poder dessa forma de crime. “A cidade é uma fábrica social da violência, onde os jovens dos bairros pobres são proletários sem descanso” (PEDRAZZINI, 2006, p. 97).

Assim, quando se observa processos de territorialização de grupos ligados ao tráfico de drogas em áreas faveladas, têm-se enclaves territoriais em meio a uma dialética envolvendo a abertura e o fechamento do território, ou seja, a organização em rede articulada em cadeia com os fornecedores de armas e drogas e consumidores que fazem parte de um sistema não isolado, mas articulada em redes de relações que controlam territórios e desafiam o poder do Estado e a organização da sociedade no espaço.

Para (não) concluir

Diante de exposto cabe algumas reflexões acerca da dinâmica urbana de Belém e de seus problemas estruturais, visto que, é sabido o fato de reconhecer o pro-

cesso de urbanização de Belém como um fenômeno no qual contribuiu para uma fragmentação do tecido urbano, na qual é visualizada não apenas na produção do espaço, mais também nas paisagens que se formaram ao longo de toda a constituição da metrópole. E também, a cidade torna-se lugar de difusão de vários movimentos de luta por moradias e que culminou com os movimentos de “invasão” ou de ocupações espontâneas que levaram à criação de vários bairros com precárias estruturas de moradias e de serviços, o não acompanhamento desta expansão da cidade pelas políticas de planejamento não seriam também um tipo de violência institucional que contribuiu para a criação de uma “cidade ilegal”?

Além disso, verificamos que o bairro da Terra Firme apresenta uma série de contradições em termos de organização do espaço e serviços de infraestrutura, característica que marca os bairros de periferia, sobretudo, os da área de baixadas nessa parte mais Sul da cidade, e sendo assim, a política urbana de Belém não estaria de certa forma negligenciando a importância de se pensar o espaço urbano a partir das particularidades de cada lugar o que não enxerga as demandas e os potenciais reais de solução dos problemas do bairro?

Também, o bairro da Terra Firme se enquadra em uma lógica de produção desigual do espaço urbano e nestes termos uma ação mais efetiva do poder público requer uma análise socioespacial dos problemas que o bairro enfrenta, visto que a segregação sócio-espacial e a concentração da pobreza na periferia continuam levando ao processo de exclusão social e à favelização, não estaria o poder público ou melhor, o Estado, contribuindo para que o tráfico de drogas se aproprie do espaço e crie territórios quando negligencia todas estes problemas destacados?

De certo, a “territorialização perversa” apoia-se no medo e no controle do território pelo uso da força e num bairro com tantos problemas sociais, a territorialização do tráfico não vem encontrando dificuldades em fixar pontos de vendas de drogas e ao mesmo tempo cooptar jovens para fazer parte do circuito econômico da droga, não seria viável se pensar em projetos sociais que estejam voltados principalmente para os jovens em situação de vulnerabilidade social?

Por fim, cabe ao Estado elaborar formas mais democráticas e menos agressivas em relação a população dos bairros em áreas baixadas com a forte presença do

tráfico drogas, sobretudo, o tráfico territorializado, pois se pensar na busca de cidadania, dignidade e justiça social, são formas concretas de se estimular a diminuição dos conflitos sociais, assim como a redução dos riscos sociais, nesse aspecto a Geografia tem um papel fundamental na criticidade e análise real dos fatos cotidianos que acompanham a população pobre e periférica. Acreditamos que a intervenção violenta da polícia e o estigma reproduzido pela própria mídia, ajudam a reproduzir mais formas violentas de se pensar a cidade. Daí a Geografia ser uma ciência do espaço e da sociedade, pensar por conceitos geográficos é também pensar em uma ciência que estimule a justiça social e as formas autônomas e coletivas de se construir a periferia.

Referências

- ARENDDT, Hanna. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro (RJ): Relume-Dumará, 1994.
- CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2005.
- CANO, Ignácio. **Análise territorial da violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro (RJ): ISEER, 1997.
- GOMES, Paulo Cesar da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In.: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2004.
- MARTINS, José. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
- PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Rio de Janeiro (RJ): Vozes, 2006.
- PENTEADO, Antônio. **Belém do Pará: estudos de Geografia Urbana**. 2 v. Belém (PA): UFPA, 1968.
- RODRIGUES, Edmilson. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém**. Belém (PA): NAEA/UFPA, 1996.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo (SP): Hucitec, 1996.

SOUZA, Marcelo. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 1996.

_____. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Fobopóle: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2008.

Recebido em 11 dez. 2016;

Aceito em 8 fev. 2017.